

A DESIGNAÇÃO NA MÍDIA IMPRESSA ¹

Sandra Magna GUADANINI ² (FALE/UFMG)

RESUMO: Trata-se de um estudo inicial que visa evidenciar a oposição entre a *denominação* e a *designação* em um quadro mais geral de relações entre a Semântica e a Análise do Discurso. Nosso objetivo é demonstrar o resultado da associação referencial de uma relação de denominação e uma relação de designação, utilizando um caso que se manifesta no discurso midiático: como o locutor exprime um acontecimento?

RESUMÉ: Il s'agit de un étude initial qui a comme but mettre en évidence l'opposition entre la *dénomination* et la *désignation* dans le cadre plus général des relations entre la Sémantique et la Analyse du Discours. Notre objectif est de démontrer le résultat de l'association référentielle d'une relation de *dénomination* et une relation de *désignation* en utilisant un cas qui se manifeste dans le discours médiatique: comment le locuteur construit des objets dans un événement?

1. Introdução

O modo de fazer referência ao mundo traz implicações para o campo da relação entre linguagem, práticas discursivas e realidade. Embora o terreno das discussões ocorra em campos de perspectivas distintas, o quadro de estudos sobre a referência e seus usos no discurso muito tem ampliado a compreensão da dimensão expressiva da *referenciação* ³ no âmbito discursivo.

Todas as tentativas de formulações que buscaram uma compreensão dos fundamentos da significação confluem, de alguma maneira, para algo em comum: a pressuposição de um *sistema de organização dos elementos (seja lá qual for – um sistema lingüístico, ou um sistema semiótico) e os agentes que o fazem circular, que o materializam de alguma forma.* ⁴

Não é nosso propósito, contudo, contrastar abordagens nem, tampouco, refletir sobre o alcance teórico de cada uma. Interessa-nos aqui elucidar o funcionamento de um dos *processos de referenciação* - a *designação* - na mídia, contrastando-o com a *denominação*.

Para compreender o uso do ato de referir, vamos partir do pressuposto de que se trata de uma manifestação discursiva que, enquanto tal, se dá na e pela interação, ou seja, onde se executam as estratégias. Partiremos da premissa de que *toda estratégia interacional visa a um objetivo* (Berrendonner, 1990) e, por conseguinte, a maneira de se fazer referência aos objetos e seres do mundo pode ser, dependendo da situação de comunicação, considerada um tipo de procedimento estratégico. Nessa dimensão, o ato de linguagem é, então, estruturado por *objetivos de ação socialmente significantes sobre (influência) e com (co-construção) o outro* (Chabrol). ⁵ Portanto, agir de modo comunicacional exige que os parceiros, do início ao fim da *mise en scène*, *definam o que podem fazer em conjunto quanto às metas da interação* e as representem mutuamente de maneira cada vez mais concorde. ⁶

Nesses termos, todo processo discursivo possui um caráter fundamentalmente *polêmico e conflitual*, já que *comunicar* é, de qualquer modo, *rivalizar a fim de colocar as normas a seu favor* (Berrendonner, 1990). Entre os interlocutores se instaura uma luta para o controle das posições conformes, onde todos os dois se esforçam contraditoriamente para fazer coincidir seus interesses, suas crenças e suas condutas além dos valores reconhecidos para fazê-las valer junto do outro.

Ao se levar em conta o que estaria em jogo, ou seja, as motivações dos atores sociais, *emerge uma possibilidade de articulação entre os objetivos comunicacionais e as metas da interação.* ⁷ Desse modo, as

¹ Este estudo integra minha pesquisa de doutorado em Análise do Discurso/FALE/UFMG, ainda em fase inicial, e conta com a orientação do Prof. Dr. Wander Emediato, a quem agradeço as valiosas contribuições.

² Contato para intercâmbio: francaoliveira@uol.com.br

³ Nesse sentido, adotamos o termo *referenciação* (Mondada e Dubois, 2003: 30), para enfatizar a idéia de processo que o ato de referir resguarda em si.

⁴ MARI, 1991:1.

⁵ CHABROL, 1994: 29, *apud* Charaudeau e Maingueneau, 2004: 26.

⁶ Ibidem, ibidem.

⁷ GHIGLIONE e TROGNON, 1993:104, *apud* Charaudeau e Maingueneau, 2004:26.

estratégias discursivas acionadas pelos sujeitos envolvidos no processo da interação, tanto na instância de produção quanto na instância de interpretação, surgem, portanto, como *comportamentos adaptadores, escolhidos entre outros no espaço de coerções impostas pelos quadros situacionais e pelas metas de ação, a fim de compor da melhor maneira o que pretendem*. Assim, o ato de comunicação se define por meio de um objetivo que constitui uma tensão em direção à ‘*resolução do problema*’ colocado pela existência do outro e [...] um projeto de influência.⁸

Nesses termos, vamos tomar o discurso da mídia impressa como ponto de nossa reflexão, nos perguntando: como a mídia representa um acontecimento para torná-lo de domínio público? Em outros termos, como a instância midiática utiliza o aparelho da linguagem para semantizar um acontecimento, isto é, para, estrategicamente, referi-lo? Quais as conseqüências do procedimento de referenciação utilizado?

Portanto, nossas indagações estão pautadas numa concepção que considera o procedimento da designação no patamar de uma *estratégia interacional*, ao levar em conta que, para fazer referência a um determinado fato ou acontecimento social, a instância midiática transcende a função de “etiquetagem”, visando outras finalidades. Na verdade, ela lança mão de um procedimento que não fica só na função de apresentação do fato: ela também estaria buscando a captação, a adesão e a influência.

Diante disso, torna-se imprescindível, para nossa investigação, demarcar a diferença entre **denominação** e **designação** nos moldes propostos por Kleiber (1984)⁹, para quem a *designação* é definida, contrastivamente, a partir da associação ocasional entre uma seqüência lingüística e um elemento da realidade, diferentemente da denominação. Conforme o autor, a *designação* não é objeto de um ato prévio nem de um hábito associativo. Ela só é definida em relação à *denominação* e se constitui como unidade apreciativa.

Nosso objetivo, com este estudo, é, pois, iniciar uma reflexão sobre a *designação*, encarando-a como uma forma de referenciação que, ao ser utilizada no discurso, no caso da mídia, por exemplo, mobiliza representações, instaura identidades e posicionamentos.

Para integrar nossa análise, vamos utilizar o material de capa da revista *Veja* de 14/06/2006,¹⁰ quando do anúncio da invasão do Congresso Nacional por militantes do MLST, para nos fornecer elementos a partir dos quais poderemos perceber as dimensões lingüístico-discursivas do uso da designação, considerando, ao mesmo tempo, o plano verbal e alguns elementos icônicos presentes no texto.

Entendemos que o estudo da designação pode contribuir para ampliar a compreensão não só de seu modo de funcionamento e atuação, como também da dimensão expressiva da referenciação no âmbito discursivo; desse modo, através de análise da(s) relação(ões) de designação, revelar a representação que o enunciador tem de um objeto discursivo. Nesse sentido, um estudo, dessa natureza, pode favorecer a realização de análises comparativas entre as designações não só no interior de um mesmo discurso, mas entre discursos de diferentes naturezas proferidos sobre um mesmo referente.

2. A informação midiática : modelo de referência comum para um acontecimento

Desde sempre, a linguagem humana é considerada como *atividade social* por estar orientada para uma significação socialmente relevante. A instância midiática, no seu papel de construtora da informação, constitui um espaço de confrontação de opiniões e de valores que, ao *mobilizar representações e instaurar identidades, deixa entrever sua dimensão de fenômeno social que reflete, ao mesmo tempo em que institui, uma compreensão da “realidade” por meio da e na atividade discursiva*.¹¹ É necessário prever, em termos de informação, para que um enunciado faça sentido e seja interpretável, que se satisfaça a condição de coerência semântica presente na articulação entre “informação dada”, que é estocada em memória, e “informação nova”, que é trazida pela situação e pelo contexto. Isso significa que os sujeitos da comunicação - ao se apoiarem em *informações tiradas da memória de longo termo, em informações tiradas da memória de meio termo e em informações tiradas do ambiente físico - poderão interpretar, por cálculo de inferência, as mensagens*.¹² Nessa dimensão, a informação midiática ultrapassa a esfera do simples comunicar um fato de quem se supõe o detenha para aquele que não o possui. Como ressalta Bakhtin, o signo, além de fazer parte de uma realidade, também *reflete e refrata uma outra*. O que também é válido dizer para a informação que, enquanto signo ideológico, faz parte de uma realidade, seja como instrumento de produção ou como

⁸ CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004: 27

⁹ KLEIBER, 1984:80, *apud* Charaudeau e Maingueneau, 2004:150

¹⁰ Revista *Veja*, edição 1960, ano 39, nº 23.

¹¹ LYSARDO-DIAS, 2006: 26.

¹² MOESCHLER E REBOUL, 1994: 41, *apud* Charaudeau e Maingueneau, 2004

produto de consumo. Nesse sentido, a informação também *reflete e refrata uma outra realidade que lhe é exterior*.¹³ De modo extensivo, devido ao estatuto ideológico que já lhe é inerente, simplesmente por sua categoria de signo, a informação traz consigo “um” *significado que remete para algo situado fora de si*¹⁴ mesma. Isto é, enquanto signo, ela *pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico*.¹⁵ Em outras palavras, a informação midiática constrói uma *visão e um sentido particular do mundo*.¹⁶ Na evidência do invisível e do chocante, constrói-se uma visão do espaço público condizente com os objetivos da interação: *evidência implícita de toda estratégia interacional*.¹⁷

Na perspectiva de Berrendonner (1990), toda interação, em maior ou menor grau, produz uma rivalidade a fim de colocar as normas a favor de si. É como se instaurasse uma disputa entre os interlocutores para o controle das posições conformes, isto é, para impor a melhor forma de fazer valer interesses, crenças e condutas: unificar os valores reconhecidos para os fazer valer junto ao outro. Conseqüentemente, a troca verbal pressupõe sempre a possibilidade de se chegar a um acordo, numa espécie de *co-enunciação permanente*.¹⁸

Em conformidade com Jacques (1985), a enunciação é, pois, uma atividade conjunta de colocação em discurso - *mise en discours* - onde as instâncias locutor e interlocutor mantêm uma relação atual. Sendo assim, a noção de “discurso” implica um percurso que se efetua em situação interlocutiva. Isso significa, em outros termos, que ocorre um compartilhamento do sentido - *mise en commun du sens* - dos enunciados.

Essa hipótese explicativa, parafraseando o autor, aponta para uma *descentralização do locutor* em que a enunciação *perde o caráter egocêntrico*, inclusive nas situações formalmente marcadas por meio de termos dêiticos - como “eu”, “agora”, por exemplo - em que o locutor marca sua função de centro de referência - o que, conseqüentemente, vai incidir sobre o semantismo profundo do enunciado. O processo de referência passa a ser *conjunto* ou em *co-referência* e vai se dar no que se denomina *diálogo referencial*, onde o *interlocutor não pode significar sem (começar a) compreender*.¹⁹ Há, nessa formatação, um verdadeiro dinamismo da compreensão, uma aptidão para interpretar os contextos ou, se preferirmos, para reconhecer os indivíduos, os estados de coisas ou os eventos que constituem o contexto apropriado para justificar a aceitação ou rejeição das mensagens.

Desse modo, Emediato (2006) aponta, por um lado, que toda atividade discursiva se dá através da elaboração conjunta de uma série de *ações e intenções interindividuais*. Por outro lado, *nenhuma intenção individual se realiza se não estiver enunciada - e enunciando - a intenção comunitária que lhe dá racionalidade e pertinência*.²⁰

Como exemplificação, trazemos um episódio ocorrido na mídia impressa brasileira. Nele, a instância midiática parece solidarizar-se com os posicionamentos descritos acima, lançando mão de um procedimento comunicativo - a *designação* -, para implicar seu interlocutor no compartilhamento do sentido do enunciado que estabeleceu como modelo de referência comum, isto é, seu modelo público do acontecimento anunciado.

Primeiramente, iremos tecer alguns esclarecimentos acerca dos termos - *denominação* e *designação*, para, em seguida, procedermos com a análise.

3. Denominação versus Designação: uma conceituação

É bastante recorrente o uso dos termos **denominar** e **designar** como sinônimos, isto é, ligados à noção de nomear. Não é o caso de nosso estudo. O que pretendemos demonstrar, aqui, é que a noção de *denominação* está colocada por Kleiber em oposição à de *designação* e que essa abordagem traz implicações para uma melhor compreensão do processo de nominalização, principalmente no âmbito discursivo.

A **denominação**, segundo Kleiber (1984), é um ato que consiste na instituição de uma **associação referencial durável entre um objeto e um signo X**, devendo, portanto, ser codificado, assimilado e memorizado mediante um **ato prévio**, ou seja, através de um **ato de batismo** ou, então, de um **hábito associativo**, o qual não carece do conhecimento das circunstâncias de criação da palavra para dominar sua

¹³ BAKHTIN, 2002: 31.

¹⁴ Ibidem, 2002: 32

¹⁵ Ibidem, ibidem

¹⁶ CHARAUDEAU: 1997b.

¹⁷ BERRENDONNER, 1990

¹⁸ Ibidem, 1990

¹⁹ JACQUES, 1985: 25.

²⁰ EMEDIATO, 2006: 299.

utilização. Seguindo esses critérios, essa unidade se constituirá ou de um *nome próprio* ou de um *nome comum*.²¹

Ao contrário, a **designação** é definida a partir da **associação ocasional**²² entre uma sequência lingüística e um elemento da realidade. Diferentemente da denominação, a designação **não é objeto de um ato prévio nem de um hábito associativo** e só é definida em relação à denominação. Para Kleiber, são consideradas como **denominativas** apenas as **unidades que não são apreciativas**.

Cabe ressaltar que a explicitação e a análise de um *paradigma designacional* permitem a apreensão do tema principal, bem como a representação que o enunciador tem de um objeto discursivo. Nesse sentido, favorece a realização de análises comparativas tanto entre as designações (neutras ou axiológicas) no interior de um mesmo discurso, como também entre discursos de diferentes naturezas proferidos sobre um mesmo referente. Tal procedimento, segundo Charaudeau, permite fazer a divisão entre os termos cuja sinonímia se encontra inscrita na língua, e aqueles cuja relação de similaridade apenas está instanciada pela enunciação *hic et nunc*, o que evidencia o posicionamento do enunciador.

Na sequência, faremos a descrição do objeto de estudo²³ selecionado – a capa da revista *Veja* de 14/06/2006 -, para, em seguida, o analisarmos.

4. A capa e os procedimentos de colocação

4.1. Descrição

A capa da revista, um amálgama de signos verbais e não-verbais, traz uma cena fotográfica de um dos momentos da invasão do Congresso Nacional por membros do MLST. A fotografia aparece centralizada na página e emoldurada por uma coleira de *pit bull*. Nota-se a ausência do “dono” ou “domador” do suposto “cão”, mas a guia está sendo empunhada por alguém. Ao fundo, aparece a cor vermelha que inicia em tom mais claro para ir se tornando mais escura e finalizar a página. Embaixo, aparece - *OS PT BULLS* - que vem “identificar”, num primeiro momento, a cena representada.

Duas são as cores empregadas para grafar o sintagma nominal mencionado: o branco e o vermelho. Esta última cor vem dar o destaque para a sigla *PT* que, diga-se de passagem, é a cor da estrela que simboliza o Partido dos Trabalhadores (PT). Percebe-se, no seu grafismo, um destaque no tamanho que é apresentado em caracteres maiores do que o do restante do sintagma; e todas em tom de branco. Em seguida, e embaixo do sintagma referido, está o comentário, feito em tom de alaranjado:

“Financiados pelo governo e chefiados por um dirigente do partido, os agitadores que depredaram o Congresso Nacional são apenas um dos grupos que se comportam como o braço armado do PT.”

4.2. Análise

A capa se constitui de um conjunto de procedimentos de colocação que, além de trazer informação sobre um acontecimento, produz um “novo real”, cujos propósitos ultrapassam a interseção entre o que se quer dizer e o que se quer mostrar, chegando a um querer-fazer-julgar.

Entre os dois sintagmas nominais que se seguem (a) e (b), é possível caracterizar um forte grau de equivalência:

(a) OS **PIT** BULLS;

(b) OS **PT** BULLS.

O procedimento realizado se deu a partir da associação ocasional entre uma sequência lingüística e um elemento da realidade, produzindo uma **sequência modificada** (b), nesse caso, um **neologismo** – OS **PT** BULLS. Esse novo sintagma é resultante da modificação da sequência inicial (a) a partir da supressão da vogal *i* em **PIT** BULLS (signo-base). Embora, aparentemente simples, o enunciado gerado evoca semelhanças latentes que são realçadas pela comparação que é, implicitamente, sugerida e evocada.

Poderíamos caracterizar esse ato enunciativo como uma criação neológica por derivação: um novo signo surge a partir de um jogo que estabelece uma **relação de identidade semântica** entre um signo-base e

²¹ Grifos nossos.

²² Grifos nossos.

²³ Embora a Análise do Discurso proponha as investigações discursivas considerando, como objeto de estudo, um *corpus* de textos – conjunto de textos produzidos a partir de um contrato que seria uma *parametragem para o gênero* (EMEDIATO, 2001 *apud* Guadanini, 2002: 33), para fins didáticos, limitaremos nossa análise a apenas um texto e não a um conjunto deles.

sua resultante neológica, conferindo a esta um certo grau de expressividade pelo fato de se poder associá-la àquela que já é recorrente na língua; portanto, tem sua “importância” social.

A resultante neológica produz uma associação de sentido que, concomitantemente, mantém o vínculo semântico com a sequência inicial e cria um outro que é figurado ou metafórico. Logo, percebe-se o seguinte trajeto: o locutor partiu de uma *denominação* - PIT BULLS - que é um signo “já batizado” na língua - para criar um neologismo - PT BULLS -, isto é, uma *designação*. Nessa última, a relação referencial estabelecida não é uma associação durável, nem tampouco, **uma relação signo → coisa**, ao contrário da associação de *denominação*.

É importante ressaltar aqui que essa construção neológica se funda numa pretensa relação analógica que o sujeito quer fazer valer entre o objeto denominado e designado por uma predicação. Daí a força discursiva da designação que, **longe de ser apenas denominação referencial, constrói a realidade que visa designar**. Essa força discursiva abre espaço, no processo intercomunicativo, para acordos e desacordos, ao propor para o leitor um projeto de leitura que reside no reconhecimento de semelhanças entre o evento e a imagem que dele é construída no discurso. As implicações para a condução e o conteúdo veiculado repousam sobre o caráter subjetivo da *designação* que instaura uma certa tensão entre o contrato de informação e o contrato de captação. Em outros termos, isso significa que, à visada de informação, é acrescentada uma visada de incitação: fazer crer e fazer mudar de posicionamento. Se, por um lado, o grau de visibilidade investido no evento projeta-o para domínios que ultrapassam o campo de domínio da mídia; por outro, ele pode mobilizar novas situações de visibilidade e, por conseguinte, alimentar aquilo que denominamos “ciclo ou circuito” da informação.

Nota-se que o procedimento, adotado na capa da revista, agrega ao acontecimento específico **uma identidade genérica** – traduzida também pelo uso do artigo definido “os” - que, sendo resultante das escolhas e combinações lexicais realizadas pelo locutor, entra em um campo de influência que, certamente, conduz para a construção da opinião pública. A noção central adquire um aspecto de verdade geral ou universal e converge para aspectos político-sociais que ali são evocados.

No procedimento da *reformulação*²⁴ da sequência inicial, aparece o enunciado: “Financiados pelo governo e chefiados por um dirigente do partido, os agitadores que depredaram o Congresso Nacional são apenas um dos grupos que se comportam como o braço direito armado do PT.”

O locutor retoma a sequência inicial, utilizando outras expressões lingüísticas para obter a referenciação anterior. Desse modo, para explicar - OS PT BULLS -, ele (re)atualiza e (re)trabalha, no nível da significação, alterando a produção enunciativa para chegar a uma outra que seja o reflexo dos conteúdos veiculados nessa sequência neológica. Percebe-se que houve ajustes semânticos e referenciais que permitiram tecer relações entre as unidades semânticas explícitas e implícitas.

Portanto, a partir da relação de designação, é possível depreender do discurso uma relação identitária proveniente das figuras-imagens construídas a partir dos signos *pit bulls*, *PT* e do neologismo *PT bulls*, bem como desses com os sintagmas empregados: *financiados pelo governo*, *chefiados por um dirigente do partido*, *os agitadores*, *depredaram o Congresso Nacional*, *são apenas um dos grupos que, se comportam como o braço direito do PT* no procedimento da reformulação.

Considerando as nominalizações utilizadas pelo locutor, podemos delas depreender as imagens, tanto no nível explícito quanto no implícito, que são ali evocadas para *pit bull*, membros do MLST, governo, Congresso Nacional, PT. Assim, podemos ressaltar:

- **pit bull**: [violento]²⁵
- **membros do MLST**: *PT Bulls*, [violentos], *agitadores*, *chefiados por um dirigente do partido*,
- **MLST**: *um dos grupos que se comportam como o braço direito do PT*
- **Governo**: financia MLST
- **Congresso Nacional**: [segurança vulnerável] foi invadido e depredado por membros do MLST.

Essas nominalizações são resultantes das escolhas e combinações lexicais realizadas pela instância produtora do discurso e, juntamente com o conteúdo predicativo expresso pelo enunciado, alimentam ações de influência e visam uma atitude de julgamento. Concomitantemente, põem à mostra uma implícita parcela de responsabilidade do governo para com o fato em notícia.

²⁴ O termo *reformulação* está sendo considerado, na acepção do *Dicionário de Análise do Discurso* (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004), como um fenômeno enunciativo em que o locutor retoma o próprio discurso ou de um outro locutor, reformulando-o. Para a Lingüística e a Análise do Discurso, ela consiste na retomada de um dado, empregando-se uma expressão lingüística diferente da que foi utilizada para a referenciação anterior.

²⁵ Optamos por este padrão de formatação para ressaltar as representações feitas no plano implícito.

5. A designação na imagem de mídia: um dimensionamento do sentido

A mídia é, por excelência, quem assegura o lugar de construção do acontecimento: *imprensa, rádio, imagens não agem apenas como meios dos quais os acontecimentos seriam relativamente independentes, mas como a própria condição de sua existência*.²⁶ Em função da eficácia semântica e simbólica da imagem fotojornalística, sua narratividade torna presente o acontecimento. Avancini (2002) aponta como principal função desse tipo de atividade a retratação de ações humanas captadas na imprevisibilidade de seu cotidiano.

Em muitos casos, à imagem da mídia se agregam predicativos como: *imagem invasora, imagem onipresente, aquela que se critica*,²⁷ mas é a imagem da mídia que povoa o cotidiano da modernidade.

A fotografia veiculada na revista *Veja* evidencia o flagrante do momento da invasão no Congresso Nacional por membros do MLST. Há uma convergência entre imagem e evento, dado o recurso utilizado - fotojornalismo - que se caracteriza pela “intenção no flagrante”.²⁸ Na imagem, há uma espécie de “força de ação” que revela o ato mesmo de depredação realizado pelas pessoas participantes do movimento. A fotografia situa o leitor no exato instante da invasão do Congresso, revelando os membros do MLST como invasores. Embora não seja enunciada a palavra “violência”, ela está estampada na cena fotográfica e, implicitamente, é evocada pela referência ao *pit bull* no material verbal, que, socialmente, já adquiriu o estatuto de “ser violento”.

Porém, essa fotojornalística **traz algo mais**: ou seja, no plano icônico, há também uma relação de **designação**, em que a fotografia vai além da representação de um simples recorte do real. A colocação de uma coleira de *pit bull* - como que emoldurando a fotografia que retrata o momento da invasão no Congresso Nacional - é uma **designação**, uma espécie de “adereço” que transforma o signo icônico em um porta-voz do enunciador, funcionando como uma bússola que irá direcionar o leitor no seu movimento de leitura. Esse procedimento de colocação funcionaria como uma estratégia, no plano icônico, que, ao ser utilizada pela instância de produção, cumpriria a finalidade de complementar e endossar o que foi enunciado no plano verbal além, é claro, de também chamar e prender a atenção do leitor. A esse tipo de associação referencial, realizado no plano icônico, denominaremos de **designação icônica**. Através do uso de um elemento - a coleira, isto é, objeto usado para diferenciar, entre os cães, aquele que tem dono - o enunciador busca, nos imaginários sociais, algo que evoca um sentido que é socialmente partilhado. Ao envolver o entorno da fotografia com tal elemento, o enunciador reforça o sentido que tentou estabelecer e, assim, complementa e ancora seu texto verbal, de tal modo que amplia para o leitor possibilidades de compreensão para o instante do real captado e, ao mesmo tempo, favorece a criação de uma **identificação momentânea** para o fato enunciado.

Nota-se também a presença de uma guia, contendo a inscrição de uma estrela, que aparece abotoada à coleira. É, pois, o momento de o leitor se perguntar:

- Quem a estaria empunhando?

A perspectiva adotada pela instância de produção nos leva a crer que sua intenção seria a de deixar para o interlocutor a tarefa de preencher a lacuna criada pela ausência daquele que tem sob seus “cuidados” os “PT BULLS”, de modo que o locutor ficaria eximido da responsabilidade do conteúdo aferido. Ele propõe, portanto, ao leitor um trajeto de leitura que reside no reconhecimento das semelhanças entre o evento e a imagem que dele é construída.

O jogo de imagens apresentado se insere em uma rede de formulações que evidencia o modo como o enunciador compreende o acontecimento e, ao mesmo tempo, revela seu posicionamento em relação aos conteúdos que enuncia. Além do mais, demarca-se o lugar do leitor enquanto corroborador na *co-construção* dos sentidos que a enunciação do acontecimento pleiteia.

A instância de produção lançou mão de um *lugar-comum* como recurso argumentativo, ou seja, utilizou representações sociais que circulam nos imaginários sóciodiscursivos para fundar as bases do discurso argumentativo, partindo, sobretudo, das idéias e imagens familiares suscetíveis de produzir um efeito de evidência.

É importante salientarmos que as escolhas designativas feitas para um mesmo referente podem produzir efeitos distintos sobre um determinado tipo de interlocutor, pois revelam uma opinião preconcebida por parte do enunciador.

Através dos jogos semânticos e referenciais, vimos que a instância de produção criou um conjunto de procedimentos - incluindo aí a **designação** tanto no plano verbal quanto no icônico -, que deu forma e

²⁶ NORA, 1995: 181.

²⁷ JOLY, 1996: 14.

²⁸ BARBOSA, 2003: 121.

sentido ao material da capa. Esse conjunto de procedimentos de colocação, numa espécie de narrativa realista, além da intenção de fazer-acreditar é, para além de informar a realidade do fato, a produção de um novo “real” cujos propósitos ultrapassam a interseção entre **o que se quer dizer** e **o que se pretende mostrar**. Mais do que um fazer-saber e um fazer-ver há um fazer-julgar que resulta de uma compreensão que a instância produtora tem do acontecimento e que vem revelar sua apreciação do fato.

Lembrando Bakhtin (2002), na verdade, *a significação não está na palavra nem na alma do falante, assim como também não está na alma do interlocutor. Ela é o efeito da interação do locutor e do receptor produzido através do material de um determinado complexo sonoro.*

6. Considerações Finais

Nosso estudo nos possibilitou, até o momento, demonstrar que a diferenciação entre os termos *denominação* e *designação* é relevante e constitui um instrumento a mais para o analista do discurso lidar com os fenômenos discursivos.

Não se pode ignorar que, do ponto de vista discursivo, a eficácia de um discurso está intimamente relacionada a sua situação de enunciação. Desse modo, utilizada como estratégia discursiva, a *designação* na mídia pode estender seu campo de apreciação para a informação que veicula, seja no plano verbal seja no plano icônico e, por isso, exercer um maior poder de influência, passando pelo processo de “espetacularização” ou “ficcionalização” do acontecimento.

Nossa análise aponta a designação não só como estratégia discursiva, mas também como “forma de compreensão” do locutor. Nesses termos, portanto, nossa reflexão vem ao encontro do que Bakhtin revela: *a própria compreensão não pode manifestar-se senão através de um material semiótico. Afinal, compreender um signo consiste em aproximar o signo apreendido de outros signos já conhecidos; em outros termos, a compreensão é uma resposta a um signo por meio de signos* (2002:33). O que, segundo ele, se dá somente no processo de interação verbal.

Para concluir, reiteramos que a *designação*, tanto verbal quanto icônica, é capaz de expor conteúdos expressos e latentes, criar identidades, associações, julgamento... Portanto, ela não é apenas um procedimento de referência momentâneo capaz de estabelecer a interação, mas também um modo subjetivo de mantê-la aberta através dos sistemas de crença e representações sociais de onde, freqüentemente, ela surge.

Por fim, nossa pesquisa representa uma contribuição para os estudos no campo da Análise do Discurso, por propor a *designação* como um instrumento capaz de propiciar uma outra perspectiva para a compreensão do processo de construção do sentido e da referência. O exemplo analisado permite demonstrar que a relação de designação, juntamente com as identidades e associações que evoca, é determinante na constituição da subjetivação dos fatos. Além disso, ele ilustra o funcionamento da *designação* como operador de memória na escrita da mídia impressa.

7. Referências bibliográficas

AMOSSY, Ruth *et al.* *Images de soi dans le discours: la construction de l'éthos*. Delachaux et Niestlé S.A., Lausanne, Paris, 1999.

AVANCINI, A. “A arte da fidelidade”. In: *Reescrita*, São Paulo, 2002. Em: <<http://www.reescrita.jor.br/fotocirio.htm>>

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, Hucitec, 2002.

BARBOSA, Pedro L. Navarro. “O papel da imagem e da memória na escrita jornalística da História do tempo presente”. In: GREGOLIN, M^a do Rosário (Org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos, São Paulo: Claraluz ed. 2003.

BERRENDONNER, Alain. “Avant-propos: système et interactions”. In: BERRENDONNER, A. et PARRET, H. (org.). *L'interaction communicative*. Berne, Peter Lang, 1990.

CHARAUDEAU, Patrick. “Une théorie des sujets du langage”. In: *Langage et Société* n^o.28, Maison des Sciences de l'Homme, Paris, juin, 1984.

_____. *Grammaire du sens et de l' expression*. Paris: Hachette, 1992.

_____. “Les conditions d’une typologie des genres télévisuels d’information”. In *Reseaux*, nº 81 CNET, 1997 a.

_____. *Le discours d’information médiatique: la construction du miroir social*. Paris: Nathan, 1997 b.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

EMEDIATO, Wander. “O problema da informação midiática”. In: MACHADO, Ida L.; SANTOS, João Bosco C.; MENEZES, William A. (Orgs.). *Movimentos de um percurso em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-graduação em Estudos Lingüísticos, FALE/UFMG, 2005.

_____. “A enunciação comunitária dos gêneros discursivos”. In: EMEDIATO, Wander; MACHADO, Ida L.; MENEZES, William A. (Orgs.). *Análise do Discurso: gêneros, comunicação e sociedade*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-graduação em Estudos Lingüísticos, FALE/UFMG, 2006.

GUADANINI, Sandra Magna. *Estratégias discursivas em peças publicitárias brasileiras de produtos infantis*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2002. (Dissertação de mestrado).

JACQUES, Francis. “Do Dialogismo à forma dialogada: sobre os fundamentos da abordagem pragmática”. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. 1985, nº 9, 23-48. (Trad. de Lígia Fonseca Ferreira).

JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1996. (Trad. Marina Appenzeller).

LYSARDO-DIAS, Dylia. “O discurso de estereótipo na mídia”. In: EMEDIATO, Wander; MACHADO, Ida L.; MENEZES, William A. (Orgs.). *Análise do Discurso: gêneros, comunicação e sociedade*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-graduação em Estudos Lingüísticos, FALE/UFMG, 2006.

MARI, Hugo. “Os lugares do sentido”. In: *Cadernos de Pesquisa NAPq*, FALE/UFMG, Nº 1, julho, 1991.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. “Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação”. In: CAVALCANTE, Mônica M.; RODRIGUES, Bernadete B.; CIULLA, Alena. *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.

NORA, P. “O retorno do fato”. In: LE GOFF, J.; NORA, P. (Org.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, pp.179-193.